

Cimi

Regionais

Terras Indígenas

Assessoria Jurídica

Assessoria Teológica

Política Indigenista

Povos Indígenas

Jornal Porantim

Mundo que nos Rodeia

Boletim

Boletim o Mundo que nos Rodeia

Digite seu email
remover e-mail

ok



CENTRO DE
FORMAÇÃO
VICENTE CAÑAS



Recomendamos



» Notícias » No Brasil

“Cardápio” da bancada ruralista traz venda de terras a estrangeiros como prioridade

Inserido por: Administrador em 04/10/2016.

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação do Cimi



Texto e foto por Tiago Miotto, assessoria de comunicação do Cimi

Em mais uma de suas reuniões-almoço realizadas em Brasília, nesta terça-feira (4) a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) pautará em seu “cardápio” a aprovação do Projeto de Lei (PL) 4059/2012, que pretende liberar no território brasileiro a compra de terras por empresas com capital estrangeiro.

Na avaliação dos movimentos sociais, este PL pode colocar em risco a soberania alimentar do Brasil e aumentar ainda mais os conflitos no campo e a pressão sobre os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, já afetados pela pressão do modelo destrutivo do agronegócio.

Mais: “Ruralistas entreguistas: a desnacionalização do território brasileiro”

O projeto de lei de 2012 é parte da “Pauta Positiva” da bancada ruralista para o biênio 2016-2017 e, exceto para os grandes proprietários de terras, de positiva não tem nada.

Apresentada pelos ruralistas como moeda de troca pelo apoio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, a pauta também exige, entre outras coisas, a flexibilização do conceito de trabalho escravo contemporâneo, para legalizar a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras no campo, e a PEC 215/2000, que pretende transferir a competência da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo e, na prática, inviabiliza as demarcações e coloca em risco as terras já demarcadas.

O escopo do **PL 4059/2012** é regulamentar o artigo 190 da Constituição Federal, que dispõe sobre a venda de propriedades rurais brasileiras para estrangeiros. Atualmente, um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), de 2010, veda esta prática.

No artigo **“Ruralistas entreguistas: a desnacionalização do território brasileiro”**, o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, aponta a contradição do discurso ruralista, que costuma denunciar as demarcações de terras indígenas e as organizações apoiadoras dos povos originários como movidas por escusos “interesses internacionais”.

“Como está evidente, o que realmente interessa aos ruralistas é ‘parecer’ nacionalistas e usar o argumento do risco à desnacionalização do território brasileiro de modo sofista em defesa dos interesses de apropriação privada, inclusive das terras indígenas, seja por eles próprios, seja por representantes do capital internacional”, afirma o artigo.

Em agosto, diversos **movimentos sociais manifestaram-se contra o PL 4059**, afirmando que “vender terras públicas significa vender biodiversidade, água, bens naturais, subsolo e o controle de nosso território ao capital estrangeiro. A venda dessas terras vai beneficiar somente o grande capital nacional e transnacional. Isso significa nenhum benefício para agricultura do país, para a produção de alimentos saudáveis, para a preservação dos recursos naturais, ou para nossa economia. Ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de compra ilimitada pelos estrangeiros, temos o direito à terra negado a milhões de brasileiros”.

Outro projeto que pode se tornar ainda mais danoso com a aprovação do PL 4059/2012 é o **Programa de Desenvolvimento Agrário (PDA) Matopiba**, criado em 2015 e capitaneado pela então ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB), com a finalidade de expandir a “fronteira agrícola” sobre o Cerrado.

Definido pelos povos indígenas e comunidades tradicionais como um projeto de destruição, o Matopiba compreende áreas dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA), para as quais os ruralistas vêm buscando investimentos internacionais. Atualmente, o Cerrado já sofre com o avanço do agronegócio e pelo menos dez pequenos rios desaparecem por ano do bioma conhecido como “berço das águas”, conforme salientou a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, **lançada na semana passada com o tema “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”**.

Segundo a agenda ruralista, a reunião desta terça (4) terá como pauta também a flexibilização do licenciamento ambiental e a composição da **nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Funai e o Incra**, reaberta numa sessão que ocorreu de madrugada, no final de agosto, enquanto a presidenta Dilma Rousseff defendia-se no julgamento do processo de impeachment no Senado Federal.

A CPI foi reaberta sem que sua versão anterior apresentasse sequer um relatório sobre as “investigações” dos parlamentares, que vigorou por oito meses e foi prorrogada duas vezes de forma unilateral pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e uma vez pelo novo presidente, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

No Brasil

Desrespeito aos direitos dos povos indígenas é retratado no minidocumentário “Guerra Sem Fim”

A produção sobre a etnia Krenak foi exibida com debate durante evento na Procuradoria-Geral da República. Assista

Povos Indígenas, eleições e o Bem Viver

Quando começa a baixar a poeira das urnas, é hora de um lento e atento olhar para seus rumos e roncões. Talvez em sua maioria descrentes ou decepcionados no caminho, emergem os povos indígenas. por...

MST: Campanha pela liberdade dos presos da reforma agrária em Goiás

No dia 12 de abril, os juizes Thiago Brandão Boghi, Rui Carlos de Faria e Vitor Umbelino, das Comarcas de Santa Helena, Mineiros e Rio Verde, respectivamente, decretaram a prisão preventiva de quatro...

De socialistas a conservadores, deputados europeus se comprometem a cobrar governo brasileiro sobre direitos indígenas na UE

Em reuniões com parlamentares e sociedade civil belga, liderança Guarani-Kaiowa denuncia violações e relata que fazendeiros ficaram mais violentos após o impeachment

“Sem Cerrado, sem água, sem vida”: campanha nacional em defesa do Cerrado é lançada em Brasília

A atividade serviu para apresentar a campanha e debater os riscos que o avanço do agronegócio causam aos povos e comunidades tradicionais deste bioma e ao meio ambiente

Total de Resultados: 514

Página atual: 1 de 103

1 2 3 4 5 6 Próximo Final

